DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-540/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/8926/2013
PROTOCOLO	:	1419305
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA
ORDENADOR DE DESPESAS	:	JORGE JUSTINO DIOGO
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2014
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	:	W. SANCHES & CIA. LTDA. - EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ENTREGA PARCELADA.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 34.180,80

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 2ª FASE – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL – FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA – ENTREGA PARCELADA - INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO - ATOS LEGAIS E REGULARES - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre a formalização do Contrato Administrativo nº 139/2014 (peça 2 - fls. 1/6).

A contratação é precedida de procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 41/2013, já apreciado e aprovado nos termos da Decisão Singular DSG – G.ICN – 5247/2013, ao qual se vincula nos termos do Estatuto de Licitações e Contratos.

O objeto da contratação é a aquisição de material de limpeza, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (peça 2 - fl.1).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 34.180,00 (trinta e quatro mil, cento e oitenta reais e oitenta centavos), conforme consignado na Cláusula Segunda (peça 2 - fl. 1).

O prazo estabelecido contempla o período de 19 de abril de 2013 a 13 de dezembro de

2013, sujeito a prorrogação, nos termos da Cláusula Quinta (peça 2 - fl.3).

A análise nesta segunda fase recai sobre a formalização Contratual, conforme previsto no art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nesta segunda fase emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e legalidade dos mesmos, consoante Análise ANA – 2ª ICE – 4315/2014 (peça 13 - fls. 1/3).

O douto Ministério Público de Contas adotou a mesma linha de entendimento e prolatou o r. Parecer PAR-MPC-GAB.7 DR. JAC-15951/2014 (peça 14 - fls. 1/2), pugnando pela regularidade e legalidade dos atos praticados nesta segunda fase.

É o que cabe relatar.

Conclusos vieram-me os presentes autos para relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Pregão Presencial nº 41/2013 foi regularmente processado, Processo TC-8919/2013, conforme atesta a Decisão Singular DSG – G.ICN – 5247/2013.

O objeto da contratação é a aquisição de material de limpeza, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (peça 2 - fl.1).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 34.180,00 (trinta e quatro mil, cento e oitenta reais e oitenta centavos), conforme consignado na Cláusula Segunda (peça 2 - fl. 1).

O prazo estabelecido contempla o período de 19 de abril de 2013 a 13 de dezembro de 2013, sujeito a prorrogação, nos termos da Cláusula Quinta (peça 2 - fl.3).

Procedendo a análise dos atos praticados nesta segunda fase ora em apreciação o Corpo Técnico entende que os mesmos estão em consonância com as disposições legais vigentes, razão pela qual merecem receber a aprovação, asseverando, (peça 13 -

fl. 3), *verbis:*

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** da formalização do **Contrato Administrativo nº 139/2013** celebrado entre **Município de Brasilândia – MS** (CNPJ/MF nº 03.184.058/0001-20) e **W. Sanches & Cia LTDA – EPP** (CNPJ/MF nº 03.289.120/0001-49) nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012 e alínea "b", inciso IV, do art.122, todos do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013

O douto Ministério Público de Contas adotando a mesma linha de entendimento adotado pelo Corpo Técnico exara o seu r. Parecer opinando pela regularidade e legalidade da formalização do instrumento contratual, mediante a seguinte dicção (peça 14 - fl. 1), *in verbis:*

> Em análise n. 4315/2014, a Equipe Técnica da 2ª Inspetoria de Controle Externo constatou a legalidade e regularidade da formalização do contrato.
>
> Ante o exposto, este Ministério Público de Contas opina que esta Corte de Contas adote o seguinte julgamento:
>
> I - pela legalidade e regularidade da formalização do contrato, nos termos do art. 59, Inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o art. 120, Inciso II, da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas porquanto os atos praticados no curso de instrução processual relativamente a formalização do instrumento contratual revelam que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, razão pela qual a presente contratação esta a merecer a aprovação desta Corte de Contas.

Mediante o exposto e, acolhendo o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, aprecio com fundamento no art. 10, II, § 3º, IV, "a" V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, e,

DECIDO:

1 – pela regularidade e legalidade da formalização do Contrato Administrativo nº 139/2013, celebrado entre o Município de Brasilândia/MS, CNPJ/MF nº 03.184.058/0001-20, por seu Prefeito Municipal, Senhor Jorge Justino Diogo, CPF/MF

nº 117.176.528-97, como contratante, e, de outro lado, a Empresa W. Sanches & Cia. Ltda. – EPP., CNPJ/MF nº 03.289.120/0001-49, por seu Representante, Senhor Wilson Sanches, CPF/MF nº 058.453.408-61, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições contidas no art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo retorno dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento da execução contratual, na forma regimental;

3 - É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 13 de fevereiro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator